

## TESAURO DA JUSTIÇA ELEITORAL: reestruturação e ampliação na edição de 2010

Osmar Arouck<sup>1</sup>

*Apresenta a edição de 2010 do Tesauro da Justiça Eleitoral, desenvolvido pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Identifica o tesauro no contexto dos sistemas de organização do conhecimento. Apresenta a distinção e complementação entre o percurso semasiológico e onomasiológico. Apresenta e detalha a reestruturação e ampliação na edição 2010. Faz sugestões para a cooperação entre instituições para a interoperabilidade de tesauros.*

**Palavras-chave:** Tesauro. Linguagem documentária. Justiça eleitoral. Direito eleitoral.

*It presents the 2010 edition of the Electoral Justice Thesaurus, developed by the Superior Electoral Court (TSE). Identifies the thesaurus in the context of knowledge organization systems. It presents the distinction and complementation between the semasiological and onomasiological course. It presents and details the restructuring and expansion in the 2010 edition. It makes suggestions for cooperation between institutions for the interoperability of thesauri.*

**Keywords:** Thesaurus. Documentary language. Electoral justice. Electoral law.

*En la edición 2010 de la Electoral Justice Thesaurus, desarrollado por la Superior Electoral Court (TSE). Identifies the thesaurus en el contexto de los sistemas de gestión de la organización. Se presenta la distinción y complementación entre el semasiological and onomasiological course. Se presenta y los detalles de la reestructuración y la expansión en la edición de 2010. It las marcas necesarias para la cooperación entre las instituciones para la interoperabilidad de thesauri.*

**Palabra-claves:** Tesauro. Linguagem documentária. Justicia electoral. Derecho electoral.

---

<sup>1</sup> Osmar Arouck é bibliotecário. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2727189529864097>

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) possui em sua estrutura a Secretaria de Gestão da Informação, responsável pela organização e gestão de atividades que dizem respeito à informação e documentação, como a jurisprudência eleitoral, os arquivos, o protocolo administrativo, a biblioteca, a coordenação da Rede de Bibliotecas da Justiça Eleitoral (REJE), as coleções especiais, o Centro de Memória, a informação legislativa, o conteúdo web, a editoração e publicação.

A gestão do tesouro institucional é tarefa compartilhada entre os diversos segmentos da SGI, cabendo à biblioteca a operacionalização de sua manutenção, sob o direcionamento da Comissão Permanente de Gerenciamento do Tesouro, instituída por ato formal da Administração. O tesouro é adotado pelo TSE e por todos os tribunais regionais eleitorais nos diversos sistemas de informação existentes, neles incluindo-se as bibliotecas, os sistemas de legislação, os sistemas de jurisprudência e os protocolos.

O Tesouro da Justiça Eleitoral é um instrumento de trabalho que teve sua primeira edição em 1995, com sucessivas edições (BRASIL, 1995, 1996, 1999, 2003, 2006). A edição de 2010 (BRASIL, 2010b) não apenas sucede à sexta edição de 2006, mas também apresenta uma considerável ampliação de conteúdo e alteração de estrutura. Antes designado Thesaurus, alterou seu título para Tesouro da Justiça Eleitoral.

O Tesouro da Justiça Eleitoral padroniza a linguagem de representação temática dos documentos constitutivos das bases de informação mantidas pelos tribunais regionais eleitorais e pelo TSE. Desse modo, é um instrumento de controle terminológico que permite traduzir a linguagem natural em linguagem documentária controlada.

A padronização de linguagem, oriunda do uso comum do tesouro, visa garantir aos diversos atores sociais envolvidos no processo eleitoral brasileiro o acesso preciso à informação demandada, disponível por meio dos diversos sistemas de informação existentes na Justiça Eleitoral.

Os tesouros têm sua origem remota no trabalho de Roget (1852). No Brasil, na estrutura de dicionários analógicos, temos dois trabalhos pioneiros: o Vocabulário analógico, de Firmino Costa (1933) e o Dicionário analógico, de Carlos Spitzer (1936).

Dois tesouros da área de documentação jurídica, no Brasil, são referências importantes: o Vocabulário Controlado Básico, publicado pela Subsecretaria de Biblioteca do Senado Federal e o Tesouro Jurídico da Justiça Federal, de responsabilidade do Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal (SILVEIRA, 2003; MARRONI, 2006). Como referência histórica, é de mister referenciar o artigo *Thesaurus experimental da constituição*, projeto piloto desenvolvido pela Subsecretaria de Análise do Senado Federal (DUTRA, NOGUEIRA et al., 1977).

Tesouro é um tipo de sistema de organização do conhecimento que é uma designação genérica para todos os esquemas de organização da informação e gestão do conhecimento (HODGE, 2000; HJØRLAND, 2010). Os sistemas de organização do conhecimento incluem os esquemas da classificação e categorização, os cabeçalhos de assunto, os catálogos de autoridade, os vocabulários altamente estruturados – como tesouros – e esquemas menos tradicionais, como redes semânticas e ontologias (HODGE, 2000).

Apesar de sua diversidade, os sistemas de organização do conhecimento apresentam algumas características comuns, como identificou Hodge (2000):

- a) determinam uma visão particular de um dado universo, em uma determinada coleção e em seus componentes.
- b) a mesma entidade pode ser caracterizada de diferentes modos, dependendo do sistema de organização do conhecimento em que esteja inserida.
- c) deve possuir suficiência de atributos comuns entre o conceito expresso em um sistema de organização do conhecimento e a equivalência no mundo real do objeto ao qual se refere, de modo que uma pessoa inteligente possa aplicar o sistema com relativa confiabilidade. Assim sendo, uma pessoa pode conectar o seu conceito à representação do mesmo em um dado sistema.

O tesouro é um instrumento que utiliza o percurso onomasiológico na identificação de termos que melhor representem conceitos. Onomasiologia é um método de pesquisa que consiste em reunir expressões de que dispõe uma língua para traduzir determinada noção. A onomasiologia parte dos significados capazes de

ter expressão lingüística para se chegar às formas lingüísticas correspondentes (CAMARA JR., 2007). Trata-se de um procedimento que consiste em partir do significado (conceito ou noção) para estudar-lhe as manifestações no plano dos signos (GREIMAS e COURTÉS, 2008).

O percurso semasiológico, ao contrário, parte do significante para o significado, descrevendo o conteúdo em relação à expressão.

As ocorrências de polissemia e sinonímia são situações semasiológicas e onomasiológicas respectivamente. Na polissemia há uma verificação semasiológica, a saber, diversos significados para um significante. Por outro lado, na sinonímia há uma observação onomasiológica, dado que se têm diversos significantes para um significado (GÉVAUDAN, 1997).

Esta breve referência sobre semasiologia e onomasiologia é importante, dado que em tesouros há o controle de polissemia e sinonímia, para evitar-se imprecisão e ambiguidade na representação dos conceitos.

O Tesouro da Justiça Eleitoral relaciona-se com o Glossário Eleitoral Brasileiro, também desenvolvido pela Secretaria de Gestão da Informação do TSE (BRASIL, 2010a). O glossário segue o percurso semasiológico, definindo termos adotados no âmbito do processo eleitoral brasileiro.

Em relação aos demais tesouros com enfoque jurídico, há a preocupação, no desenvolvimento do Tesouro da Justiça Eleitoral, de adotarem-se as formas já estabelecidas em linguagens documentárias de uso corrente, como o Vocabulário Controlado Básico e o Tesouro Jurídico da Justiça Federal. Isto se dá em função da necessária harmonização entre os diversos instrumentos de controle terminológico e o compartilhamento de dados como em iniciativas da natureza do Projeto LexML Brasil (LIMA, 2010).

O Thesaurus do TSE, como já foi mencionado, foi publicado em seis edições entre 1995 e 2006. A edição de 2010 – denominada Tesouro da Justiça Eleitoral – apresenta um acréscimo de 9.796 termos. A de 2006 apresentava 6.018 termos. A nova versão apresenta 15.814 entradas, das quais 8.186 sistematizam assuntos diversos, 6.359 referem-se à toponímia nacional e 1.269 à toponímia internacional.

Para garantir a padronização das formas adotadas na indexação de topônimos – nomes de cidades, estados, regiões, países e entes internacionais – inseriram-se a toponímia nacional e a toponímia internacional. A primeira baseia-se na listagem do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, e estrutura hierarquicamente as designações geográficas. A forma de apresentação da toponímia nacional é aquela padronizada pelo AACR-2 (Código de catalogação anglo- americano: AACR, 2004). A toponímia internacional apresenta os nomes de países e entes internacionais indicando relacionamentos hierárquicos, associativos e de equivalência.

As siglas deixam de ser adotadas, preferindo-se o nome por extenso, salvo algumas exceções. Esta opção deu-se principalmente em razão da ocorrência de siglas idênticas no âmbito de agremiações políticas, ao longo da história política brasileira.

Dois temas se destacam na atualização do Tesouro da Justiça Eleitoral: as agremiações políticas e os termos referentes ao grau de parentesco e de afinidade.

Foi realizada extensa pesquisa nos registros do TSE para acrescentar no tesouro as legendas partidárias atuais e já extintas, com notas explicativas que indicam fontes documentais. Quando há ocorrência de homonímia, acrescenta-se o ano de fundação das organizações de mesmo nome.

Os graus de parentesco e de afinidade foram acrescentados de modo exaustivo em função de seu uso nas decisões referentes à inelegibilidade reflexa, conforme previsto no art. 14, § 7º, da Constituição.

Ausentes nas edições anteriores, as relações hierárquicas entre termos (Termo geral – TG, Termo específico – TE) passam a ser adotadas. Esta alteração ainda está em fase de expansão, devendo consolidar-se na próxima edição.

No que se refere à operacionalização do Tesouro da Justiça Eleitoral, é relevante mencionar que o mesmo é gerenciado por meio do aplicativo MultiTes Pro ([www.multites.com](http://www.multites.com)). A consulta ao tesouro, na intranet da Justiça Eleitoral, é feita por meio do aplicativo MutiTes MDK. A partir da próxima edição, pretende-se torná-lo disponível na Internet para consulta.

Para uso da Rede de Bibliotecas da Justiça Eleitoral, o tesouro será migrado para o formato MARC e estará disponível por meio de seu catálogo.

Por fim, algumas considerações sobre possíveis iniciativas de cooperação entre instituições para o desenvolvimento de tesouros integrados. Ao analisar o papel de tesouros e terminologias como base para intercâmbio de informações, Gomes e Campos (2004) concluem:

Atualmente, o crescimento da utilização de arquiteturas distribuídas, especialmente no ambiente da Web, de interfaces abertas de acesso a bancos de dados, de tecnologias de mediadores e de padrões de formato para troca de dados contribuiu para que informações originalmente isoladas sejam disponibilizadas para serem utilizadas de maneira integrada. Tesouro assume papel fundamental nesta integração, viabilizando a interoperabilidade semântica de sistemas distribuídos heterogêneos. (GOMES e CAMPOS, 2004).

Neste enfoque, proponho que haja um renovado empenho entre as instituições para o desenvolvimento de ações de cooperação que tornem viável a interoperabilidade de nossas ferramentas de controle terminológico. Temos campos de especialidade em nossas áreas de negócio; mas temos diversos pontos convergentes que podem ser compartilhados e desenvolvidos em parceria.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Glossário Eleitoral Brasileiro**. Brasília: Tribunal Superior Eleitoral, 2010a. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/internet/institucional/glossario-eleitoral/>>. Acesso em: 1.8.2010.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Thesaurus**: edição preliminar. Brasília: Secretaria de Documentação e Informação, 1995. p.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Thesaurus**. 2. ed. Brasília: Secretaria de Documentação e Informação, 1996. 237 p.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Thesaurus**. 4. ed. Brasília: Secretaria de Documentação e Informação, 1999. 240 p.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Thesaurus**. 5. ed. Brasília: Secretaria de Documentação e Informação, 2003. 247 p.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Thesaurus**. 6. ed. Brasília: Secretaria de Documentação e Informação, 2006. 260 p.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Tesouro da Justiça Eleitoral**. Brasília: Tribunal Superior Eleitoral, 2010b. 542 p.

CAMARA JR., J. M. **Dicionário de linguística e gramática**: referente à língua portuguesa. 26. ed. Petrópolis: Vozes, 2007. 335 p.

CÓDIGO de catalogação anglo-ameriano: AACR. 2. ed. São Paulo: Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004. p.

COSTA, F. **Vocabulário analógico**. São Paulo: Melhoramentos, 1933. 226 p.

DUTRA, M. R. B. et al. O Thesaurus experimental da constituição, projeto piloto desenvolvido pela Subsecretaria de Análise do Senado Federal. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, v. 5, n. 1, p. 203–218, 1977.

GÉVAUDAN, P. **La polysémie verticale**: hypothèses, analyses et interprétations. PhiN: Philologie im Netz, n. 2, 1997. Disponível em:<<http://web.fu-berlin.de/phin/phin2/p2t1.htm>>. Acesso em: 1.8.2010.

GOMES, H. E.; CAMPOS, M. L. D. A. Tesouro e normalização terminológica: o termo como base para intercâmbio de informações. **DataGramZero**, v. 5, n. 6, 2004. Disponível em:<[http://www.dgz.org.br/dez04/Art\\_02.htm](http://www.dgz.org.br/dez04/Art_02.htm)>. Acesso em: 5.5.2010.

GREIMAS, A. J.; COURTÉS, J. **Dicionário de semiótica**. São Paulo: Contexto, 2008. 543 p.

HJØRLAND, B. **Knowledge organization systems (KOS)**. 2010. Disponível em:<[http://www.db.dk/bh/lifeboat\\_ko/CONCEPTS/knowledge\\_organization\\_systems.htm](http://www.db.dk/bh/lifeboat_ko/CONCEPTS/knowledge_organization_systems.htm)>. Acesso em: 1 ago. 2010.

HODGE, G. **Systems of knowledge organization for digital libraries**: beyond traditional authority files Washington: Council on Library and Information Resources, 2000. Disponível em:< <http://www.clir.org/pubs/reports/pub91/contents.html>>. Acesso em: 1 ago. 2010.

LIMA, J. A. D. O. **Projeto LexML Brasil e a organização da informação legislativa e jurídica**. 2010. Disponível em:<[Cadernos de Informação Jurídica, Brasília, v. 6, n. 1, p. 275–282, jan./jun. 2019](http://www.governoeletronico.gov.br/anexos/projeto-</a></p></div><div data-bbox=)

lexml-brasil-e-a-organizacao-da-informacao-legislativa-e-juridica>. Acesso em: 23 ago. 2010.

MARRONI, G. N. B. **Identificação e delimitação de relações associativas em tesouros**: um estudo de caso na área do direito do trabalho. (2006). 127 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

ROGET, P. M. **Thesaurus of English words and phrases**: classified and arranged so as to facilitate the expression of ideas and assist in literary composition. London: Longmans, 1852. xxxviii , 418 p.

SILVEIRA, M. D. L. D. **Recuperação vertical de informação**: um estudo de caso na área jurídica. (2003). 94 f. Tese (Doutorado) – Pós-Graduação em Ciência da Computação Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.

SPITZER, C. **Dicionário analogico**: thesouro de vocabulos e phrases da lingua portugueza. Porto Alegre: Globo, 1936. 387 p.

#### Como citar este artigo:

AROUCK, Osmar. Tesouro da Justiça eleitoral: reestruturação e ampliação na edição de 2010. *In*: SEMINÁRIO NACIONAL DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO JURÍDICA, 2., 2010, Brasília. *Anais...*Brasília: 2010. 1 CD. Republicado em: *Cadernos de Informação Jurídica*, Brasília, v. 6, n. 1, p. 275–282, jan./jun. 2019. Disponível em: <http://www.cajur.com.br/>.